

AMBIENTES ESCOLARES INCLUSIVOS: ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS AUTISTAS

LICENÇA

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

REFERÊNCIA

MEDEIROS, Francisca de Sá; ROTH, Ian Duarte; LIMA, Erondina Azevedo de. Ambientes escolares inclusivos : acessibilidade para crianças autistas. Caderno Pedagógico, [S. l], v. 21, 13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-497>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/12968>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Ambientes escolares inclusivos: acessibilidade para crianças autistas

Inclusive school environments: accessibility for autistic children

Entornos escolares inclusivos: accesibilidad para niños autistas

DOI: 10.54033/cadpedv21n13-497

Originals received: 11/29/2024

Acceptance for publication: 12/19/2024

Francisca de Sá Medeiros

Graduada em Arquitetura e Urbanismo
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Endereço: Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: fran_samed@hotmail.com

Ian Duarte Roth

Graduado em Arquitetura e Urbanismo
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Endereço: Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: ianduartherioth@gmail.com

Erondina Azevedo Lima

Doutora em Física
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Endereço: Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: erondinaazevedo@gmail.com

RESUMO

Este estudo investiga a acessibilidade de ambientes escolares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase em uma instituição da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, integrando a análise de dados mensuráveis e observações contextuais sobre percepções e comportamentos. Com base na Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050/2015), o estudo avalia aspectos arquitetônicos e normativos, identificando desafios e limitações na adaptação de espaços e na implementação de estratégias pedagógicas inclusivas. Os resultados destacam a importância de ambientes que favoreçam o aprendizado equitativo e o bem-estar das crianças com TEA, por meio de intervenções alinhadas às suas necessidades individuais. Além disso, foram sugeridos novos itens normativos que podem auxiliar na melhoria da funcionalidade e equilíbrio dos espaços escolares. O estudo reforça a relevância de medidas arquitetônicas e pedagógicas como pilares para a construção de uma educação inclusiva e

acessível, contribuindo para práticas que promovam equidade e qualidade no ambiente educacional.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Educação Básica. Arquitetura Escolar.

ABSTRACT

This study investigates the accessibility of school environments for children with Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on an institution under the Department of Education of the Federal District (SEDF). The research adopts a mixed qualitative and quantitative approach, integrating the analysis of measurable data with contextual observations on perceptions and behaviors. Based on the Brazilian Accessibility Standards (NBR 9050/2015), the study evaluates architectural and normative aspects, identifying challenges and limitations in adapting spaces and implementing inclusive pedagogical strategies. The findings highlight the importance of environments that promote equitable learning and the well-being of children with ASD through interventions tailored to their individual needs. Furthermore, new normative items were suggested to improve the functionality and balance of school spaces. This study underscores the relevance of architectural and pedagogical measures as fundamental pillars in building inclusive and accessible education, contributing to practices that foster equity and quality within educational environments.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Autism Spectrum Disorder. Basic Education. School Architecture.

RESUMEN

Este estudio investiga la accesibilidad de los entornos escolares para niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), centrándose en una institución de la Secretaría de Educación del Distrito Federal (SEDF). La investigación adopta un enfoque mixto, cualitativo y cuantitativo, integrando el análisis de datos medibles con observaciones contextuales sobre percepciones y comportamientos. Basado en la Norma Brasileña de Accesibilidad (NBR 9050/2015), el estudio evalúa aspectos arquitectónicos y normativos, identificando desafíos y limitaciones en la adaptación de espacios y la implementación de estrategias pedagógicas inclusivas. Los resultados destacan la importancia de entornos que promuevan el aprendizaje equitativo y el bienestar de los niños con TEA, a través de intervenciones adaptadas a sus necesidades individuales. Además, se sugirieron nuevos elementos normativos para mejorar la funcionalidad y el equilibrio de los espacios escolares. Este estudio refuerza la relevancia de las medidas arquitectónicas y pedagógicas como pilares fundamentales para construir una educación inclusiva y accesible, contribuyendo a prácticas que fomenten la equidad y la calidad en los entornos educativos.

Palabras clave: Accesibilidad. Inclusión. Trastorno del Espectro Autista (TEA). Educación Básica. Arquitectura Escolar.

1 INTRODUÇÃO

O transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica, que afeta o desenvolvimento comportamental de algumas crianças, logo nos primeiros anos de vida (Xavier e Silva, 2022). A partir de 1940, Leo Kanner e Hans Asperger começaram a descrever o autismo, que até então era frequentemente confundido com outras condições de saúde mental. Atualmente, após avanço nas pesquisas, o autismo é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, conforme ressalta Marciel e Carrasco (2022). Não se trata de uma doença, mas sim de uma síndrome comportamental, caracterizada pela dificuldade de interação social, de falta de interesse em praticar atividades e de comunicação, entre outras especificidades que o espectro abarca.

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social da criança, contribuindo para a sua aprendizagem e comportamento. A educação inclusiva é reconhecida como prioridade pela Organização das Nações Unidas (ONU), integrando a Agenda 2030, que estabelece como um dos objetivos proporcionar educação inclusiva de qualidade promovendo oportunidades equitativas na aprendizagem. O Comitê das Nações Unidas para o Direito das Pessoas com Deficiência também destaca a necessidade de modificações nos conteúdos e método de ensino, passando a oferecer a todos um ambiente educacional que atenda melhor às suas necessidades específicas (Leifler *et al.*, 2020).

No Brasil a Constituição Federal (Brasil, 1988), assegura o direito à educação na rede de ensino regular para pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), reforça esse direito, garantindo acesso pleno à educação para pessoas com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), garante o direito a Atendimento Educacional Especializado (AEE), que também é assegurado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Além disso, a Lei Berenice Piana (Brasil, 2012) instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Cartilha do Autista (Brasil, 2023), publicada pela Secretaria da Pessoa com Deficiência, ressalta que também está previsto em lei que a educação deve ser individualizada, de acordo com as necessidades e potenciais de cada um. Sendo assim, o PEI – Plano de Ensino Individualizado – é um direito de todas as pessoas com autismo, garantindo a adaptação de materiais, de conteúdo, de local de ensino ou mesmo de avaliação, sem qualquer custo adicional para a pessoa com autismo ou seus representantes legais.

Em Brasília e no Distrito Federal, segundo o Censo Escolar de 2022, o Percentual de alunos de educação especial incluídos em classes comuns supera 90% (Censo Escolar, 2022). Nos deixando assim alertas quanto a adequação do ambiente educacional para receber essas crianças em sala de aula, possibilitando a elas a oportunidade de aprendizagem equitativa. Como o número de crianças com TEA vem aumentando nas escolas, faz-se necessário a criação de estratégias para a adaptação dessas crianças no ambiente escolar.

O compromisso de incluir o aluno com deficiência em sala de aula tem como objetivo principal fomentar a socialização da diversidade humana, combatendo preconceitos, reduzindo barreiras em diferentes contextos sociais. Essa inclusão busca garantir que esses alunos sejam vistos e aceitos. No entanto, incluir não é apenas inserir o aluno no espaço físico, mas sim fornecer meios justos e adequados de aprendizagem para conviverem em um ambiente harmonioso (SOARES *et al.*, 2019).

A inclusão efetiva não depende apenas das leis. Para que ela ocorra de forma plena é necessário que as escolas se organizem e tenham planejamento, atendendo as necessidades dos alunos. Ressaltando desta forma, a importância de uma inclusão de qualidade.

De acordo com Balbino *et al.* (2021), refletir sobre a inclusão da criança com TEA em sala de aula é enxergar vastas possibilidades de estimular as habilidades relacionadas as dificuldades presentes na criança com autismo. A escola é a grande aliada deste cenário.

A acessibilidade de crianças portadoras do TEA, nas escolas, tem sido alvo de interesse entre educadores e pesquisadores. Pessoas com Transtorno do Espectro Autista tem sua singularidade com relação a adaptação com o

ambiente e não existem estudos suficientes a respeito de escolhas arquitetônicas quanto ao ambiente se tornar harmonioso e perceptível ao bem-estar da criança com autismo.

Bejnö *et al.* (2023), na sua pesquisa sobre ambiente escola adaptado para autistas, ressalta que as atitudes negativas em relação a inclusão e o bem-estar da criança com autismo em sala de aula são fatores que podem influenciar negativamente a qualidade da aprendizagem.

O objetivo do trabalho é analisar a adequação das normas de acessibilidade em uma sala de recurso (Sala de recurso generalista), da Secretária de Educação do Distrito Federal (SEDF), através de estudo das Normas de acessibilidade e identificação se a Norma NBR 9050/2015 está sendo aplicada no espaço estudado.

2 METODOLOGIA

A pesquisa quali quantitativa integra abordagens qualitativas e quantitativas, permitindo uma análise mais abrangente dos fenômenos estudados. Segundo Minayo (2012), essa metodologia combina dados numéricos com informações descritivas, proporcionando uma compreensão mais profunda e detalhada. A abordagem quantitativa centrada em dados mensuráveis e análise estatística, enquanto a qualitativa explora percepções, comportamentos e contextos. Essa combinação é especialmente útil em estudos complexos, como os das ciências sociais e ambientais, onde é necessário compreender tanto os dados objetivos quanto as subjetividades envolvidas (Creswell, 2014). A integração dessas abordagens fortalece a validade dos resultados, promovendo uma análise mais crítica e fundamentada do objeto de estudo.

A pesquisa foi realizada em uma escola da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), localizada na Região Administrativa do Cruzeiro/DF, no mês de agosto de 2024. A escolha da escola foi feita de forma aleatória e o local de estudo da escola foi uma sala de recursos. Durante a pesquisa foram realizados apontamentos sobre os itens observados, a partir da Norma de

Acessibilidade ABNT NBR 9050 (2015), além de outros que não estão contemplados por essa norma.

2.1 ÁREA DE ESTUDO

A Escola está localizada no Cruzeiro/DF, conforme Figura 1, e atende cerca de 540 alunos, dos quais 17 são diagnosticados com TEA. A instituição apresenta uma boa estrutura com espaços bem distribuídos. A escola conta com vinte salas de aulas e uma sala de recurso, que é utilizada por alunos autistas em momentos que precisem de uma autorregulação. Essa sala foi adaptada com um sofá, algumas mesas com cadeiras e folhas com lápis de cor. Além disso, possui televisão, ar-condicionado e computador. A sala não é utilizada normalmente, toda via, quando necessário, abriga os alunos autistas para que possam recarregar suas energias, caracterizando-se como um ambiente mais acolhedor.

A escola dispõe também de oito salas administrativas, duas salas de refeitório, seis banheiros, um banheiro PCD, uma sala de professores e uma sala de orientação. Além disso, a instituição conta com um sistema de câmeras de segurança, um bicicletário, uma horta e uma entrada coberta.

É uma escola térrea, com área total de 24.372,51 m², que possui, além das instalações citadas, uma quadra de esportes localizada da parte posterior da mesma, onde os alunos praticam atividades físicas. Em frente a sala da Diretora e a Secretaria, possui mesas e bancos de cimento.

Figura 1. Mapa de aproximação de Brasília, Cruzeiro Novo e da escola escolhida.



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ambiente escolar desempenha um papel vital na vida da criança com TEA, pois trabalha a inclusão e garante o direito da criança autista de receber educação, independentemente de suas diferenças, adaptando a forma de ensino conforme as suas necessidades. Quando o espaço é adaptado para fornecer as ferramentas adequadas, a criança passa a aprender e crescer de forma mais justa e igualitária, com foco no desenvolvimento de suas habilidades, como parte do processo de inclusão.

De acordo com Ferraz e Santos (2021), a arquitetura inclusiva se qualifica por incorporar as diversas necessidades das pessoas dentro do plano arquitetônico dirigido por normas, promovendo melhor qualidade de vida para as

crianças no ambiente educacional. Elas ressaltam que, para os arquitetos criarem espaços, o processo envolve conhecer e compreender as necessidades de cada indivíduo e as dificuldades que podem ser superadas com as melhoras nesse ambiente.

Segundo Lacerda *et al.* (2024), a presença de alunos com TEA no ambiente educacional representa desafios essenciais ao avanço do ambiente acessível. Fica evidente a necessidade de adaptação curricular, pedagógica e do espaço escolar. A escola em si e as vivências que proporciona têm um papel fundamental no desenvolvimento emocional e social dos estudantes.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS NA NORMA

Tendo como base a Norma de Acessibilidade da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas –, a NBR 9050/2015, que norteia os direitos do indivíduo com TEA e nos auxilia na análise do ambiente construído, foram observados seis itens de aplicação da norma de acessibilidade em uma escola, sendo eles as janelas, o piso, as barras de apoio, a bacia sanitária, a iluminação e a rampa.

As janelas apresentam boa distribuição em cada sala. As localizadas no alto, possibilitam uma ventilação higiênica, já as de correr, com altura de 1,20m, possibilitam uma boa entrada de ar e luz natural, conforme a Figura 2. A Norma utilizada como parâmetro, destaca que a altura das janelas deve considerar os limites de alcance visual e que cada folha ou módulo deve ser operável com um único movimento, garantindo acessibilidade e funcionalidade.

De acordo com Laureano (2017), as esquadrias devem prever, além de iluminação natural, condições de aberturas para que ocorra ventilação natural na sala. A preferência é que estejam na parede em frente à porta, para gerar o fluxo de ventilação cruzada, melhorando as condições de conforto térmico do ambiente. Se a implantação da edificação permitir, considerar portas-janelas para esses vãos, permitindo a interação do ambiente externo no espaço.

Figura 2. Uma das salas de aula da escola.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O piso da escola é revestido em granitina, com acabamento liso/acetinado, conforme a Figura 3. Entre os principais benefícios do piso de granitina estão a durabilidade, a facilidade de manutenção e o baixo custo.

A escolha dos revestimentos internos é de grande importância, visto que afetam diretamente as crianças com TEA. A Norma de acessibilidade relata que os materiais de revestimento e acabamento devem ser regulares, firmes, estáveis, não trepidantes para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição – seja seco ou molhado.

Amaral e Peinado (2020), ressaltam que, para lugares de alto fluxo – como corredores – é necessário utilizar pisos antiderrapantes; utilizar-se de tapetes macios, como os do tipo EVA, para atividades com as crianças. Eles declaram que é bom evitar materiais com superfície reflexiva – incluindo pisos e revestimento de paredes –, a fim de evitar ofuscamento.

Figura 3. Piso de granitina lisa.

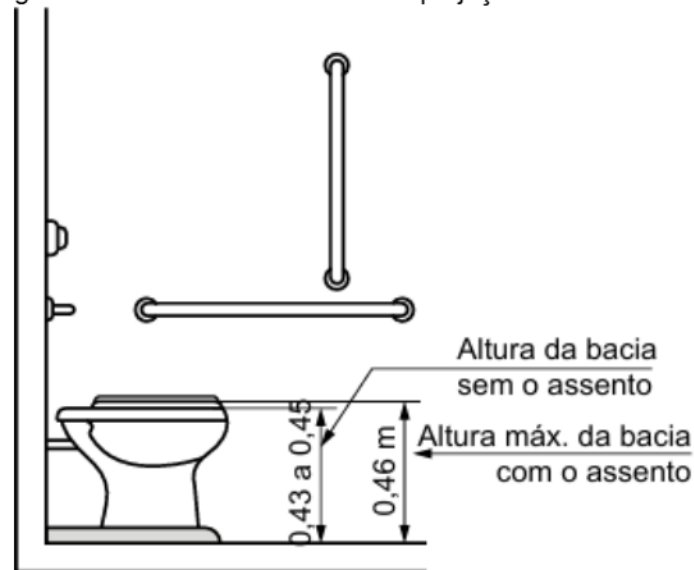


Fonte: Elaborado pelos autores.

A escola em questão, possui sete banheiros, sendo um banheiro acessível e adaptado, com barras de apoio na altura de 0,60cm, em aço inox, fixadas na parede. A NBR 9050/2015 determina que estas barras de apoio, usadas em banheiros, devem resistir no mínimo a 150 kg, garantindo a segurança das pessoas.

No que tange ao banheiro acessível da escola, a bacia sanitária está com altura de 0,40 cm, sem o acento. A NBR 9050/2015, diz que as bacias sanitárias de banheiros acessíveis devem estar com altura entre 0,43m e 0,45m do piso acabado, conforme Figura 4. Lima *et al.* (2020), em uma pesquisa sobre a norma de acessibilidade, ressalta a importância de junto a bacia sanitária serem instaladas as barras de apoio.

Figura 4. Altura da bacia sanitária – projeção em vista lateral.



Fonte: ABNT NBR 9050:2015.

No que diz respeito ao nível de iluminação na sala de recurso, foi aferido *in loco* que é de 18,6w. Há 10 lâmpadas de LED dispostas em cada sala, as quais auxiliam para não aquecerem o ambiente.

Silveira *et al.* (2020), cita que as pessoas com TEA são concretas, havendo necessidade de se ater a detalhes, para que estes possam viver no mundo real. A iluminação desempenha um papel essencial nesse contexto, devendo ser adequada para evitar estímulos confusos ou excessivos, que possam causar desconforto ou desorientação.

Figura 5. Entrada de ar e luz natural.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A NBR 9050/2015, determina que toda rota acessível deve ser provida de iluminação natural ou artificial. Em relação a isso, pôde-se observar que o pátio possui cobertura elevada, conforme a Figura 5, o que proporciona entrada de ar e luz natural nas salas de aula.

A escola é térrea, e a única rampa existente é a que dá acesso a quadra de esportes. Atualmente encontra-se sem proteção lateral de corrimão e guarda-corpo. O aluno com TEA necessita de auxílio para atravessar do espaço das salas de aula para a quadra de esportes. Essa tem as medidas de 3,90m X 0,41m e 0,31m de inclinação, possuindo algumas obstruções de desnivelamento, observado na Figura 6.

Alochio e Queiroz (2020), observa que pensar em acessibilidade é uma realidade entre os projetistas. As rampas, calçadas e acessos devem permitir o ir e vir de todas pessoas sem restrições por conta da mobilidade física. Deixando claro que a arquitetura que não é bem pensada pode trazer prejuízo ao desenvolvimento da criança com TEA, restringindo a sua independência e interação com os ambientes escolares.

Figura 6. Rampa de acesso da escola a quadra esportiva.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a NBR 9050/2015, as rampas de acesso que não possuem paredes laterais devem incorporar elementos de segurança, tais como guarda-corpos e corrimãos, guias de balizamento com altura mínima de 0,05m, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS ALÉM DA NORMA

Além das diretrizes normativas, foram identificados outros elementos de acessibilidade que, embora não estejam previstos na Norma NBR 9050/2015 ou em normas específicas, contribuem para a inclusão da criança com TEA no ambiente escolar. Esses itens foram analisados como complementares e estão descritos a seguir, sendo eles o pé direito – relação de altura entre o piso e o forro –, o jardim, o espaço de descanso, a acústica e as cores utilizadas no ambiente.

Em relação ao pé direito dos ambientes, foi aferida *in loco* a altura de 2,68m, revelando uma relação com uma escala humana em um ambiente com altura do teto reduzida, proporcionando, assim, um equilíbrio e reduzindo a distorção visual para as crianças portadoras do TEA, conforme ilustrado na Figura 7. Os espaços com sua altura de forro reduzida auxiliam na redução dos ecos, diminuem a distorção visual, promovem equilíbrio e criam um ambiente acusticamente mais controlável (OLIVEIRA, 2021, p. 37).

Figura 7. Altura do pé direito reduzida nos ambientes internos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O jardim é um espaço que pode ser usado como forma de trabalhar habilidades motoras e sensoriais da criança autista. O olfato, em particular é um

sentido que pode ser trabalhado através do cheiro dos frutos, flores, temperos e até da terra molhada, levando a criança autista a relacionar o cheiro do ambiente a um cheiro familiar, proporcionando a ela a sensação de tranquilidade.

Os jardins sensoriais também se constituem numa proposta interessante para trabalhar as diferentes percepções sensoriais dentro da escola (OLIVEIRA, 2021). Conforme Marafon e Santos (2024), o contato com o ambiente externo permite com que a criança vá além daquilo que ela encontra normalmente em sua realidade, possibilitando que ela crie argumentos novos relativos ao seu ambiente e amplie seus horizontes.

Figura 8. A horta da escola.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A horta da escola, até o momento da visita, estava sem atividades que envolviam os alunos nesse ambiente. Ela estava com apenas algumas mudas e se recuperando da época de seca.

O espaço de descanso é composto por uma sala de recursos projetada para oferecer apoio aos professores e alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme a Figura 9. Esse espaço está disponível para momentos em que a criança precisa recarregar as energias, descontraí, relaxar ou simplesmente descansar.

Conforme Oliveira (2021), os espaços de descanso têm como objetivo proporcionar descanso e alívio para pessoas autistas, especialmente quando expostas à superestimulação do ambiente escolar. Essas salas desempenham

um papel fundamental na promoção do bem-estar, permitindo que a criança retome suas atividades com maior equilíbrio emocional e sensorial.

Figura 9. A sala de recurso da escola, considerada o espaço de descanso.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi observada, também, a acústica do ambiente escolar. Durante o período em que os alunos estavam em sala de aula, o nível de ruído aferido foi de 82 dB, considerado adequado para o momento. Segundo Mostafa (2008; 2014), a acústica desempenha um papel essencial no processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Um ambiente sonoro bem controlado pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de suas habilidades, sendo crucial observar o grau do TEA para adaptar os cuidados acústicos às necessidades individuais.

Em vista das cores nas salas de aula, as paredes são pintadas com duas cores distintas: a parte inferior, até a altura de 1,15 m, é pintada de azul, enquanto a parte superior é pintada de branco, conforme a Figura 2. Essa combinação de cores não apenas cumpre uma função estética, mas também desempenha um papel funcional importante para crianças com TEA. Conforme Mostafa (2008), a distribuição de texturas e cores nos espaços é uma estratégia eficaz para comunicar e diferenciar zonas e áreas, auxiliando na organização sensorial e espacial das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a relevância de ambientes escolares inclusivos para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A análise da escola localizada no Cruzeiro/DF identificou aspectos positivos, como salas de aula bem ventiladas e a existência de uma sala de recursos multifuncionais. Contudo, também revelou deficiências em itens essenciais de acessibilidade, incluindo rampas com inclinação inadequada, ausência de sinalização tátil e banheiros parcialmente adaptados para crianças com necessidades específicas.

Os achados evidenciam a necessidade de adequações arquitetônicas mais abrangentes, alinhadas às normas vigentes, como a NBR 9050/2015, que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Entretanto, destaca-se que a NBR 9050, embora abrangente, não aborda plenamente as necessidades sensoriais e comportamentais específicas das crianças com TEA. Estudos recentes apontam para a importância de incluir elementos como isolamento acústico, iluminação regulável e espaços de calma, que são essenciais para a adaptação deste público em ambientes escolares.

A inclusão escolar vai além do cumprimento de legislações, exigindo um planejamento colaborativo entre gestores escolares, educadores, arquitetos e especialistas em inclusão. Investir em formação continuada para docentes, ajustes arquitetônicos personalizados e recursos pedagógicos específicos é fundamental para garantir um ambiente que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pleno das crianças com TEA. Além disso, políticas públicas voltadas para a ampliação de recursos destinados às adaptações escolares são indispensáveis para viabilizar essas mudanças.

Ao mesmo tempo, o estudo reforça a importância de revisar e ampliar normativas como a NBR 9050/2015, incorporando diretrizes mais específicas voltadas ao atendimento das necessidades das crianças com TEA, conforme indicado em pesquisas recentes. Estas revisões poderiam incluir recomendações sobre materiais sensoriais, organização espacial e a criação de áreas que favoreçam a autoregulação.

Em suma, a acessibilidade para crianças com TEA no ambiente escolar exige um esforço conjunto que inclui a adaptação das normas de acessibilidade, estratégias pedagógicas inclusivas e a criação ou reformulação de espaços construídos. Estas ações não apenas garantem o desenvolvimento pleno e a inclusão efetiva das crianças, mas também enriquecem a experiência educacional de toda a comunidade escolar. O compromisso com a inclusão transcende a legislação, sendo um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

REFERÊNCIAS

ALOCHIO, G. S.; QUEIROZ, V. M. Arquitetura e autismo: orientações para espaços terapêuticos. **ANEAC**, Natal-RN, 2020.

AMARAL, K. A.; PEINADO, H. S. Edificações escolares acessíveis: aspectos projetuais para atendimento de pessoas com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista. **ENTAC**, Porto Alegre, 2020.

BALBINO, E. M. S.; SILVA, S. G.; OLIVEIRA, N. C. S.; BALBINO, E. S. O aluno com Transtorno do Espectro Autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 1593–1605, 2021.

BEJNO, H.; PETTERSSON, R. L.; KLINTWALL, L.; LANGH, U.; ODOM, L. S.; BOLTE, S. Adaptando o ambiente pré-escolar às necessidades das crianças com Transtorno do Espectro Autista na Suécia: um estudo quase-experimental. **Scandinavian Journal**, 2023.

CARRASCO, A. O. T.; MACIEL, I. D. Projeto Acalanto: a adequação de espaços para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista. **Guaíaca**, 2022.

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. **Sage Publications**, 2014.

FARIAS, T.; SANTOS, M. V. R.; NOVAIS, R. Um recorte de acessibilidade escolar da região nordeste. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, 2023.

LACERDA, F. M.; SOUZA, M. E. S.; THEOBALD, A. A. R. F.; *et al.* Transtorno do Espectro Autista (TEA): estratégias de educação e saúde para a inclusão dos alunos com autismo no âmbito escolar. **CPAQV**, 2024.

LAUREANO, C. J. B. Recomendações projetuais para ambientes com atendimento de terapia sensorial direcionados a crianças com autismo. **Repositório Institucional**, Santa Catarina, 2017.

LEIFLER, E.; CARPELAN, G.; ZAKREVSKA, A.; BOLTE, S.; JONSSON, U. Does the learning environment 'make the grade'? A systematic review of accommodations for children on the autism spectrum in mainstream school. **Scandinavian Journal**, 2020.

LUZ, L. H. F. R.; CORTES, M. L. L. B.; MOURA, L. T. Acessibilidade e inclusão dentro do sistema educacional para pessoas pertencentes ao espectro autista e a quebra ativa da norma nas variadas modalidades. **Revista Jurídica do CESUPA**, 2023.

MARAFON, D.; SANTOS, V. L. M. As crianças com autismo e as vivências no jardim sensorial. **Boletim de Conjuntura**, Paraná, 2024.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **Hucitec**, São Paulo, 2012.

MOSTAFA, M. Architecture for autism: Autism aspects™ in school design. **Archnet-IJAR: International Journal of Architectural Research**, 2014.

MOSTAFA, M. Parents' perceptions of using Picture Exchange Communication System (PECS) in English for Autism Spectrum Disorder (ASD) children. **Scientific Research**, 2008.

OLIVEIRA, A. F. T. M. Autistas e os espaços escolares adaptados. 1. ed. **Mercado de Letras**, São Paulo, 2021.

SANTOS, A. K. S.; FERRAZ, P. S. Arquitetura x autismo: desafios da inclusão em centros equoterápicos. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL. **Cartilha do autista**. Disponível em: <https://www.sepd.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2023/11/cartilha-do-autista.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, G. T. A.; CARNEIRO, A. A. R. O estudo da neuroarquitetura empregada à concepção de espaços utilizados por pessoas com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Científica Intellectus**, 2023.

SILVEIRA, I. G. S.; GOMES, M. M. F.; BRASIL, L. M. AutismyVR: desenvolvimento de ambiente imersivo de realidade virtual inteligente adaptável à sensibilidade visual para adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2020.

SOARES, A. F.; PORTELA, A. A.; SILVA, H. J. S.; RODRIGUES, M. A. S.; SOUSA, M. F. C. Pesquisas educacionais na graduação: a inclusão em foco. **Pimenta Cultural**, São Paulo, 2019.

SOUZA, I. V.; LIRA, A. B. S. Autismo na escola: um convite à reflexão sobre acessibilidade e inclusão. **Seven**, 2024.

VERGARA, L. G. L.; TRANCOSO, M. U.; RODRIGUES, G. V. Acessibilidade entre mundos: uma arquitetura mais inclusiva aos autistas. **Blucher Design Proceedings**, São Paulo, 2018.

XAVIER, N. P.; SILVA, Z. S. S. Transtorno do Espectro Autista: especialização profissional como base para a inclusão no processo educativo. Logos & Culturas: **Revista Acadêmica Interdisciplinar de Iniciação Científica**, Fortaleza-CE, 2022.

XAVIER, N.; SILVA, Z. S. S. Transtorno do Espectro Autista: a especialização profissional como base para a inclusão no processo educativo. **Logos & Culturas: Revista Acadêmica Multidisciplinar de Iniciação Científica**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 122-135, 2022.